

XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CONCEITOS DE PROJETO URBANO – DA CIDADE IDEAL À CIDADE REAL

Jorge Bassani (USP) - jbassani@usp.br

Arquiteto, doutor pela USP, professor no Departamento de História da Arquitetura, FAU, no grupo de disciplinas de História da Urbanização. Professor em dedicação exclusiva RDIDP.

Conceitos de Projeto Urbano – da Cidade Ideal à Cidade Real

A cidade e as idéias

Cidades, como qualquer outro artefato, são construídas a partir de idéias desde seus primórdios. Os desenvolvimentos históricos impingiram complexidade cada vez maior a essas construções, quanto maiores e mais numerosos os problemas que a cidade deve responder, mais intrincada se torna a rede de idéias que lhe dá suporte.

Com o advento da *polis* essas idéias participam do conjunto de especulações filosóficas empenhadas em entender o mundo; a *urbes* romana a coloca na situação de centro ideal das expressões do poder e concebe seu caráter geopolítico; mais adiante as idéias que consubstanciam a construção urbana ainda se vincularam às mesmas que se empenham em embasar a criação artística antes de tornar-se fundamentalmente auto-referente - e *para especialistas* - com a entrada em cena da cidade industrial.

A cidade do final do século XX vai conviver com a traumática superação dos modelos da lógica industrial embalada por uma infinidade de idéias das mais variadas origens. Todos os saberes e especulações da civilização parecem estar, neste momento, empenhados em propor bases teóricas para o entendimento e desenvolvimento da vida nas metrópoles contemporâneas.

Contudo, as cidades também são idealizadas, mesmo considerando que a maior parte das construções urbanas pelo mundo parece não responder a nenhum modelo idealizado. Talvez a história do urbanismo seja a síntese quantitativa entre o quanto se idealiza da cidade e quanto de cidade é construída pelas idéias.

G. C. Argan em "*Cidade ideal e cidade real*" considera que "*a idéia de cidade ideal está profundamente arraigada em todos os períodos históricos, sendo inerente ao caráter sacro anexo à instituição*" (ARGAN, 1993, p.73). Mas, como sabemos, o tema da *cidade ideal* é colocado pela historiografia como especialmente relevante em algumas épocas, nos meios acadêmicos é colocado a partir das configurações culturais do Renascimento.

O próprio Argan em "*A cidade do Renascimento*" nos esclarece: "*Os tratados de arquitetura dos séculos XV e XVI estão repletos de cidades ideais... projetadas ex novo segundo critérios puramente racionais e geométricos*" (ARGAN, 1999, p.58).

A semelhança com o que ficou definido como urbanismo do *Movimento Moderno* é evidente. As duas épocas debruçaram-se de modo mais intenso em idealizar a cidade. E é muito significativo que ambas o fazem segundo a mesma plataforma projetual, "*o ex novo segundo critérios puramente racionais e geométricos*". Entretanto, as não se processam mais na forma de tratados e sim de relatórios e análises técnicas. A idéia absoluta do

urbanismo do século XX é o Plano, além de um conjunto de idéias, uma proposta metodológica e, mais, com um caráter ideológico mais acentuado que em outras épocas porque é o único elemento semântico em todo o discurso, o caráter ideológico deve estar explicitado na forma urbana ideal.

As primeiras reações no século XIX aos caóticos ambientes urbanos proporcionados pela industrialização passam à história como sendo as idéias dos socialistas utópicos (o termo é empregado pelos marxistas), Charles Fourier, Robert Owen e outros idealizam a sociedade organizada em *Falanges* e seu ambiente construído, o *Falanstério*, totalmente harmônico. As tentativas de se materializar este mundo ideal não forma muito adiante, a única exceção foi realizada por Jean-Baptiste Godin no norte da França, resistiu até 1968 com uma proposta menos audaciosa que as de Fourier, o próprio nome estampa isto, *Familistério de Guise*.

Na mesma década que Godin iniciava sua empreitada, outra de muito maior porte está sendo conduzida em Paris pelo Barão Haussmann, estas são para muitos as origens do urbanismo moderno, e mais, o início da disciplina Urbanismo, certamente porque foram conduzidas por idéias sobre a cidade, sejam elas da burguesia francesa, do governo de Napoleão III, ou da equipe técnica de Haussmann, mas a práxis, mais que as idéias, conferem aos trabalhos em Paris essa relevância na história. As idéias, na história tratadas a partir dos estamentos culturais e das tradições, configuram agora um discurso auto-referente, pragmático e programático. Esta face é a que atrairá sobremaneira as vanguardas do século XX.

De um lado influência das idéias que estão por trás das reformas haussmanianas difundidas por diversas cidades européias e, por outro, sua negação, como Camillo Sitte e a “*construção das cidades segundo seus princípios artísticos*”, inauguram os debates disciplinares do urbanismo moderno, o confronto de idéias diferentes de cidade.

O início do século XX, marcado pelas grandes revoluções culturais e tecnológicas acirra este debate, muito se produz de idéias e muito se idealiza a cidade, não só ela, mas a sociedade por completo. As vanguardas e suas intensas atividades mercam as três primeiras décadas do século, do Futurismo ao Dadá, passando pelo Construtivismo, as idéias e práticas são bastante heterogêneas, apesar da pauta comum sobre o *novo mundo*. A imensa maioria da produção das vanguardas até os anos de 1920 não passarão de idéias, utopias e ideologias.

Em 1928 institui-se o fórum para o debate e a divulgação das idéias em relação à arquitetura e a cidade modernas. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) monopolizarão estes debates e em cada uma de suas três etapas definiram um pensamento hegemônico e aplicável a qualquer realidade. Na primeira etapa ⁽¹⁾ os CIAM

ficarão marcados pelas idéias e práticas da democracia social alemã, especialmente Ernst May, com os bairros habitacionais e a célula mínima.

A segunda, entre 1933 e 1953, sob o comando de Le Corbusier, é marcada pelo amadurecimento da idéia do Plano como instrumento e ideologia transformadores. Da leitura e aplicabilidade precárias das idéias debatidas nesta fase dos CIAM, ficará definido o padrão dos procedimentos para as cidades no momento de maior explosão urbana da história, meados do século XX.

Como demonstrou Manfredo Tafuri: “*A arquitetura como ideologia do Plano é subvertida pela realidade do plano, uma vez que, superado o nível da utopia, este se torna mecanismo operante*” (TAFURI; 1985, p.93)

O moderno circunscrito à abstração operativa, só em parte inspirada no legado dos CIAM, constitui um pensamento e uma prática segundo postulados restritos às operações estatísticas, fluxos, demandas. Os procedimentos metodológicos (sistematização sem variáveis, sendo que a cidade é um complexo de variáveis) e a reprodução acrítica desses princípios vão possibilitar os grandes caos urbanos que conheceremos em seu estágio mais dramático nos anos 70 do século XX. Passarão a história identificados como *planejamento urbano*. Uma tradição operativa mais que metodológica que vem desde Haussmann, passa Tony Garnier, Le Corbusier, Moses..., que persegue um resultado de otimização dos viários urbanos por meio do superdimensionamento e a sistematização, em todos os sentidos, e do zoneamento das funções e usos. No entanto, não pode ser generalizado para todo o pensamento dos modernos para a cidade, nem ao menos com as de Le Corbusier, muito mais complexa que as simplificações posteriores.

Dois são as diferenças (falando em termos exclusivamente conceituais, claro) fundamentais entre a cidade ideal da Renascença e a cidade idealizada pelo funcionalismo moderno: 1. A idéia de construção da cidade vinculada à construção de uma nova sociedade não faz sentido algum no século XV embalado pela emergência das Nobrezas urbanas e pela intensa atividade mercantil. As utopias são de naturezas distintas, os humanistas perseguiram a idéia platônica de perfeição referenciando a Arte antiga; os modernos a idéia de cidade democrática referenciando a máquina. 2. As idéias dos tratados do XV não construíram cidades ⁽²⁾, elas só passarão por grandes reforma no século XVII, quando a cultura barroca trata de cobrir com espessa camada simbólica o “*racional e geométrico*” idealizado pela Renascença. Muito diferente é o que acontece com as idéias funcionalistas. Elas são identificadas, a partir da década de 1970, como sendo propulsora do urbanismo praticado em grande escala na segunda metade do século, ou seja, elas podem ser apontadas como culpadas por uma realidade construída, uma injustiça. As idéias não constroem realidades, elas só participam de um processo longo do ideal ao real.

A Carta é o problema. O documento corbusiano supostamente extraído do IV CIAM de 1933 é sistêmico e totalizante, por isso genérico, mas é um *como-fazer*, mais que método é um *modus operandi*, que como tal se desfaz em contato com a dinâmica complexa da realidade urbana. Mesmo assim, ela tem corpo e densidade o suficiente para ser o catalisador das discussões sobre a cidade nos anos pós-guerras. Kenneth Frampton, por exemplo, a coloca assim: “... enquanto o funcionalismo continuava sendo o credo geral, os artigos da Carta pareciam um catecismo neocapitalista cujos decretos eram tão idealistamente ‘racionalistas’ quanto irrealizável num sentido mais amplo” (FRAMPTON; 1997, p. 328). Entretanto, as idéias de renovação das cidades no final do século apontarão todas as suas críticas à Carta de Atenas, como sendo a responsável pelas configurações materiais das metrópoles contemporâneas.

A questão é que trechos desconectados tornaram-se o ‘catecismo’ dos burocratas planejadores urbanos das novas e superdimensionadas administrações municipais, assim as políticas rodoviaristas, ou os bairros monofuncionais e desérticos são entendidos como aplicação da Carta, portanto a ela serão direcionadas as críticas e o ideário sobre a cidade *pós-industrial*.

Os jovens arquitetos, dos grupos MARS e Team X, organizadores dos três últimos Congressos (1951 – 56) já demonstram o entendimento que a Carta é um momento passado, eles a vêem mais como manifesto do que como instrumento metodológico. Suas idéias não desprezam totalmente o ideário moderno, aprendem com ele e ampliam o leque de temas e modos de analisar o fenômeno urbano. A cidade mais que organismo funcional produtivista é um ambiente habitado por populações em *unidades de vizinhanças* com cultura e necessidades próprias, as dimensões antropológica e ecológica passam a fazer parte das idéias sobre a cidade e sua construção futura.



Fig 1: Le Corbusier, Amberg, 1953. Fig 2: Römerstadt em Frankfurt de E. May, 1927. Fig 3: Leonidov, concurso para Magnitogorsk, 1930. Fig 4: Candilis, agrupamentos de casas, 1962.

Estas posturas, nos últimos momentos da hegemonia modernista em relação às idéias sobre a cidade, como também, várias nos primórdios das vanguardas foram engavetadas, não fazem parte das avaliações críticas feitas ao urbanismo moderno, a cidade idealizada pelos construtivistas soviéticos subdivididos em diversos agrupamentos e

seus calorosos debates entre o opção pela urbanização densa ou a desurbanização; ou mesmo a grandiosa prática de May em Frankfurt nos anos 20; ou as idéias dos arquitetos expressionistas, estes desenvolvimentos serão ignorados pelas críticas que se reproduzem em grande quantidade a partir da década de 1970.

Assim a crítica do final do século, inicialmente definida como *pós-moderna*, dirige suas críticas: “*é necessário pelo menos reconhecer que o urbanismo do pós-guerra encontra a sua mais perfeita ilustração na Carta de Atenas*” (HUET, 1986, p.82). A frase de Huet, da mesma forma que o “*less is bore*” de Robert Venturi, dirigem seus ataque ao funcionalismo e ao caráter abstrato da Arquitetura Moderna. O Pós-moderno arma seu circo abrindo grande polêmica contra os dogmas e os ícones modernos exigindo de volta a arquitetura narrativa e a cidade síntese de sua própria (e intransferível) história, as particularidades contra os modelos generalizadores. Enquanto para a arquitetura o discurso cai em ironia estéril, na escala urbana, as críticas permitem estabelecer novos patamares para a teoria e prática do urbanismo tendo como ponto de partida a cidade na história.

Em sentido oposto são as propostas de outro expressivo grupo de arquitetos contemporâneos, que de forma bastante diferente das associadas ao termo *pós-moderno*, irão evocar outras orientações modernistas que não as estabelecidas pelo senso comum. É o caso típico de Bernard Tschumi e Rem Koolhaas:

“*Si la arquitectura es tanto concepto como experiencia, espacio como uso, estructura como imagen superficial – no jerárquicamente -, entonces la arquitectura debería dejar de separar estas categorías y, en su lugar, fusionarlas en combinaciones sin precedentes de programas y espacios. ‘Programación cruzada’, ‘transprogramación’, ‘desprogramación’. He ampliado estos conceptos en otro sitio, sugiriendo el desplazamiento y la contaminación mutua de términos*” (TSCHUMI, 1996, p.41). Os experimentais e abstratos de hoje perseguirão as experiências dos artistas formados pelos Vkhutemas e pelas teorias do Circulo lingüístico de Moscou, como Leonidov ou Ladovski, inclinando-se para a pesquisa com a linguagem, esta agora imersa na era da comunicação digital.

O projetar necessariamente articula modelos de representação abstratos e idealizados em seu processo, ou não é *projectum*. O que estabelece relações do homem com o espaço construído é a dinâmica de uso e experimentação do ambiente consolidado. O usuário urbano é quem define as condições ambientais do espaço projetado, e as opções e veredictos dele obedecem a princípios muito complexos e imprecisos. As idéias se renovam por conta deste dado, a experimentação física, neste campo elas podem ser avaliadas e revistas.

Nessa observação reside, muito provavelmente, a maior contribuição das idéias de projeto urbano contemporâneo, a consciência das múltiplas e complexas faces que assumem os cidadãos em contato com os diferentes ambientes das cidades, e essa

diferença é necessária para a própria sobrevivência física da urbe. Daí a consciência da multidisciplinaridade em relação ao construir a cidade.

Daí também a consciência da necessidade de análises mais profunda da diversidade das realidades urbanas para conceber idéias, projetos e transformações das cidades. Os procedimentos continuam baseados em princípios abstratos e ideais, ou de representação da *realidade* projetada ou de simulação do *ideal* projetado. Mas o objeto e os modelos de análise é a cidade real e suas complexas dinâmicas físicas e culturais.

As Posições Iniciais

Durante os anos 1960 presenciamos os últimos suspiros das utopias coletivistas travestidos de hypes. As últimas, fracassadas, tentativas de *mudar o mundo*, não se sabe bem para o que, mas... tudo foi muito poético e até mudou algumas coisas das convenções sociais, nas relações entre as pessoas e das pessoas em relação ao meio ambiente, incluso - e principalmente, para nós – a cidade. As instituições foram negadas, inclusive as de *esquerda*, no lugar delas idealizou-se um cooperativismo extremo baseado no *paz e amor* e na vida alternativa, bastante juvenil, como de fato o foi.

Acoplado à cultura de crítica à sociedade maquinista e consumista da época, surgiu uma série de obras teóricas sobre a cidade. Todas criticando a cidade moderna e as formas como ela está sendo projetada e construída. O que esses autores estão observando é a cidade fruto do urbanismo operacional tecnocrata do segundo pós-guerra.

“Las primeras investigaciones teóricas acerca de la construcción de la ciudad que liberaron al urbanismo de la doctrina de la Carta de Atenas y de sus consecuencias tecnocráticas se llevaron a cabo en Italia a partir de los años sesenta. En los círculos próximos a Saverio Muratori, Carlo Aymonimo y Aldo Rossi se desarrolló una enseñanza que deducía de la ciudad histórica europea los axiomas para una nueva planificación de la misma. Por otra parte, esos axiomas fueron retomados por Leon y Rob Krier, y llevados a cabo de manera abierta en proyectos programáticos” (LAMPUGNANI, 1990, p.7)

Nem só da Europa emergirão as revisões e críticas à cidade funcionalista, os americanos, imersos em ambientes urbanos diferentes, bem mais “modernos”, também entrarão na polêmica com visões às vezes convergentes, à vezes nem tanto, às dos europeus.

As críticas à visão abstrata, em resultados, das propostas contidas na Carta de Atenas já estão em andamento nos últimos CIAMs, o âmbito mais disciplinar da arquitetura Moderna, desde o VIII Congresso em 1951, na cidade de Hoddesdon (GB). Lá já apareceram as primeiras sinalizações para uma nova postura perante os fenômenos urbanos projetáveis. Contra a posição de Corbusier e Sert de manterem a Carta como

postulado primeiro para a projeção da cidade, o grupo MARS propõe um “core” da cidade mais local, comunal e simbólico. Ainda com muitos vínculos, principalmente respeito excessivo aos *mestres*, ao *movimento moderno*, a nova geração de arquitetos não tinha mais ilusão que a lógica maquinista e uniformizadora poderia dar conta de solucionar os grandes conflitos da cidade do pós-guerra.

Contudo, é na década de 60 que as posições vão se radicalizar no sentido de um anti-modernismo, de uma crítica mais direta aos procedimentos projetuais em utilização. O foco é a paisagem e os ambientes das cidades frutos do planejamento urbano moderno, abstrato, na escala da metrópole, projetado em 1:10.000, sem particularidades e, pior, sem nenhuma consciência dos estragos produzidos pelas redes de circulação expressa. Outro grande problema apresentado pela cidade é a retaliação promovida pelos zoneamentos urbanos modernos.

Em 1960 Kevin Lynch publica pelo *Massachusetts Institute of Technology*, *A Imagem da Cidade*. A questão é como se forma esta imagem para o usuário urbano, a partir da paisagem urbana, que é, “*para além de outras coisas, algo para ser apreciado, lembrado e contemplado*” (LYNCH, 1960, p.12), e logicamente entendido. Para tanto, Lynch elabora pesquisas com os habitantes de três cidades norte-americanas: Boston, Jersey City e Los Angeles, tentando sistematizar métodos de apreensão da paisagem das cidades e a imagem que os habitantes formam dela. Os questionários propõem mais uma análise qualitativa do que quantitativa da relação do homem com seu ambiente - inclusive o termo meio ambiente é associado definitivamente ao estudo da cidade. Esta análise qualitativa leva Lynch a um trabalho fortemente marcado por um estudo psicológico da percepção do homem urbano. Como disse Argan, ele descobre o *significado psicológico do ambiente urbano*, em sintonia com as idéias de Herbert Marcuse para política, e percorrendo caminhos abertos pelos questionamentos dos arquitetos do Congresso de 1956.

O rigoroso método de Lynch balisa novas formas de interpretar a materialidade urbana para, por essa via balizar também o projeto. Não propõe soluções normatizadas e objetivas para o projeto urbano, mas sim novos parâmetros, amparados na percepção do usuário urbano, na objetivação dos projetos ou, em outras palavras, nem só com o *funcionalismo* mais primário se resolverá a cidade moderna.

Uma observação mais alarmante e provocativa aos urbanistas foi, em 1961, “*Morte e vida de grandes cidades*” de Jane Jacobs, como ela mesma diz, é um *ataque aos fundamentos do planejamento moderno*. Ela também se propõe “*tentar introduzir novos princípios no planejamento urbano e na reurbanização*” (JACOBS, 2001, p.1). Contudo, a obra mais aponta os problemas causados pelas maneiras como estão sendo tratados os elementos mais básicos das cidades, ruas, parques, praças do que indicar fundamentos metodológicos de como resolver os conflitos dados pelas realidades urbanas

contemporâneas. Vejamos por exemplo, a questão do patrimônio histórico: “As cidades precisam tanto de prédios antigos, que talvez seja impossível obter ruas e distritos vivos sem eles. Ao falar em edifícios antigos, refiro-me não aos edifícios que sejam peças de museu, nem aos prédios antigos que passaram por reformas excelentes..., mas a uma boa porção dos prédios antigos simples, comuns, de baixo valor, incluindo alguns prédios deteriorados” (Idem, p.201).

Tudo tem um pouco dessa atmosfera simplificadora e pontual, evidenciar que certas situações urbanas devam ser recuperadas, em significado, ou otimizadas, não configuram, em si, fundamentos para reurbanização. O mérito de Jacobs foi chamar a atenção para essas situações, e isso ela faz com bastante vigor.

Em uma linha menos ruidosa e mais apoiada, estruturalmente, no desenho está Gordon Cullen com “*Paisagem urbana*” publicado no mesmo ano. O livro que reúne vários dos artigos publicados nos anos anteriores por Cullen na *The Architectural Review* tem muitas coisas em comum com os outros dois trabalhos, apesar de substanciais diferenças, principalmente metodológicas: enquanto Lynch parte de questionários respondidos por cidadãos, Cullen escreve seus artigos a partir da experiência pessoal andando por várias cidades do mundo.

O principal em seu trabalho é sistematizar leituras da paisagem no sentido de classificá-las, ou seja, identificá-las como acontecimentos especiais e, desta forma, organizar um pensamento projetual para o urbano. Neste sentido trabalha-se basicamente com a diferença, com o específico da paisagem, ao contrário das repetições fragmentadas dos ambientes das metrópoles, onde a diferenciação não se dá pelas especificidades ambientais, mas pela extratificação. O alvo é a funcionalidade moderna que não resolve o ambiente sensível, ao contrário. E as referências são as cidades antigas, especialmente as italianas, como já havia acontecido muito antes nas observações de Camillo Sitte. Ela não é lembrado no livro de Cullen, mas o será em vários outros a partir dos anos 60.

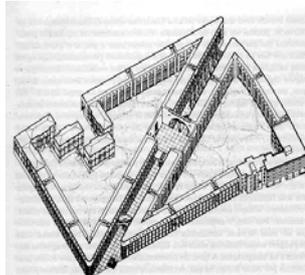
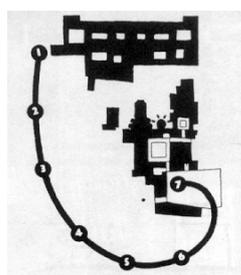
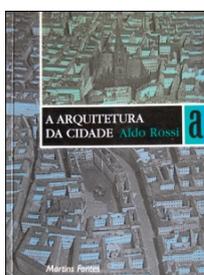


Fig 5: Aldo Rossi, A arquitetura da cidade. Fig 6: Desenho de Visão Seria de G. Cullen. Fig 7: L. Krier, uma quadra habitacional, 1986. Fig. 8: M. Ungers, conjunto para a IBA, 1987

Mas Cullen apóia-se em métodos, embora sistemáticos, empíricos e particulares, uma *gestaltung* individual. Nesse sentido Lynch adota métodos mais precisos, até científicos, para verificar como o coletivo percebe a cidade e definir as formas possíveis da sociedade conceber ideários particulares, a *imagem da cidade*.

O grande suporte teórico para o projeto urbano para além das posturas modernas só virá com “*A arquitetura da cidade*” de Aldo Rossi em 1966. A reflexão sobre a cidade moderna vai alcançar sua maturidade, e distanciar-se das colocações mais ingênuas, provavelmente com este trabalho, um dos livros mais influentes do período. Rossi trilha o mesmo caminho das críticas às cidades modernas nos anos 60, mas as supera em alguns sentidos. Sua *crítica ao funcionalismo ingênuo* é um detalhe no trabalho como um todo, que estuda a arquitetura como manifestação e acontecimento de uma situação específica de cidade. E a cidade dentro das perspectivas políticas, econômicas, geográficas, artísticas, históricas (memória), seu desenho e suas estruturas.

Em “*a estrutura da cidade por partes*”, Rossi propõe a classificação dos *factos urbanos* estudando as relações entre os elementos básicos da cidade, os monumentos, e o tecido urbano configurado pelas moradias. Os elementos primários, edifícios e espaços públicos, definem e são definidos pelo traçado urbano, a estrutura urbana, longe de ser somente o desenho viário, é composta por estas relações, arquitetura e cidades são resultados e configuradores da mesma estrutura tempo espacial.

A terceira parte do livro revelou-se como a de fundamental importância para as posteriores discussões em torno do tema ambiente urbano. O ‘*locus*’. A ideia de *lugar* recolocada em discussão por Rossi colide frontalmente com a de espaço contínuo, matemático e abstrato da arquitetura moderna. Ao contrário da concepção moderna, o *lugar* é o espaço especificado, o espaço com *espírito*: “*Já aludí várias vezes, ao valor do “locus”, entendendo com isso aquela relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar*” (ROSSI, 1995, p.145). O pensamento em torno do *locus* urbano redimensiona e intensifica suas qualidades de ambiente multi-sensorial, pois ele é em essência expressão de coletivos no decorrer da história e identificável pela *memória coletiva*. O *lugar* apresenta-se como concreto ao passo que o espaço é uma entidade abstrata, projetual. A crítica ao abstracionismo das posturas modernas começa alcançar um estágio mais disciplinar, ou seja mais instrumental programático para o projetar.

Os irmãos Leon e Rob Krier, trabalhando entre Inglaterra e Alemanha, desenvolvem também um ideário marcado pelo interesse na tradição histórica das cidades, nas morfologias e tipologias específicas ao lugar. Além de razoável produção teórica ambos desenvolvem grandes quantidades de projetos executados, o que possibilita um diálogo

estreito entre as idéias e a sua materialidade. A própria produção teórica é repleta de indicações gráficas, um tanto na linha dos estudos de Palladio com a tradição clássica.

De ambos, teoria e prática, resulta uma idéia de cidade comunal, espaços distintos e protegidos (como já o fizera o Barroco da Nobreza), com vida própria, e suas distâncias percorríveis à pé. A idéia da cidade comunal histórica em confronto com as metrópoles na era da globalização.

A experiência realizada em Berlim nos anos 80, IBA⁽³⁾, demonstra uma ambigüidade a esse respeito. A intervenção, a maior feita a partir das idéias dos Kriers, com habitações em áreas próximas ao muro de Berlim (ainda a Ocidental) carentes de revisão ambiental, propunha-se um *anti-modernismo* profundo, conjuntos habitacionais repletos de referências tipológicas, *do vernáculo casa aos hofs no interior da quadra como morfologia autêntica berlinense*, elevações comportando-se como fachadas no seu sentido mais cenográfico e simbólico. “*El procedimiento llevado implícita la idea de desarrollar la investigación de un modelo para la renovación de la ciudad europea*” (LAMPUGNANI, 1990, p.17)

Contudo, os resultados alcançados, em grande parte bastante positivos, decorrem de articulações urbanas exatas e precisas, advindas de setorizações posteriores (o setor mais importante é o das Embaixadas). E as origens metodológicas para a implantação urbana é aquela imensamente difundida pelos arquitetos alemães dos anos 20, tanto na articulação do tecido urbano (fundo de lotes permeáveis, frentes urbanas e fundos domésticos) quanto dados tipológicos e formais (as ritimações verticais, os blocos horizontais, o paradigma ‘casa’ unifamiliar) e equipamentos públicos. Contra-modernismo praticante, mas com soluções urbanas inscritas nas experimentadas pela arquitetura moderna de E. May e B. Taut. Nem tudo o que era Moderno tinha o mesmo *standard* formal. Muitas das propostas contemporâneas lançarão mão de métodos que também foram testados no início do *movimento moderno*, mas que foram arquivados e petrificados pelo desenvolvimento posterior dominado pelo funcionalismo mais cartesiano e operacional.

Enquanto o debate de idéias acontece no âmbito da literatura especializada e a construção produtivista e predatória da cidade avança violentamente, olhares e propostas de outras áreas das expressões culturais alimentarão formas realmente inovadoras de analisar a cidade e conceber idéias para sua produção. É o caso da Internacional Situacionista.

“*Sabe-se que no princípio os situacionistas pretendiam, no mínimo, construir cidades. Porém, como isso evidentemente não era tão fácil, nos vimos forçados a fazer muito mais*” (DEBORD; 1974). A frase tem todos os motivos para ser tão repetida nos inúmeros trabalhos dos últimos dez anos que recolocaram os situacionistas na pauta de discussões sobre a cidade contemporânea. Ela é contundente, polêmica, de uma pretensão irônica, contudo, a mais absoluta verdade.

Formalmente a primeira IS atua entre 1957 e 1972, ou seja, de logo após o X Congresso às vésperas do advento midiástico do Pós-moderno. Ela perpassa toda a década das grandes críticas ao urbanismo funcionalista, entretanto, seu teor e significado são muito diferentes.

Os situacionista não são especificamente arquitetos ou urbanistas, as origens do grupo, além do dadaísmo e surrealismo (influências iniciais e motivos de críticas posteriores) perpassa pelas reuniões paralelas ao Festival de Cinema de Cannes, pela Interacional Letrista, o expressionismo matérico e denso do Cobra, as provocações dadá-conceituais do Fluxus – ambos grupos de artistas plásticos. O que une a todos, dos mais variados países europeus, é a idéia de revolução no cotidiano e, claro, isso só é possível com a revolução nas cidades, *o ambiente apropriado para o despertar ilimitado de novas paixões* (idem).

Portanto, não se enquadram no prototipo do urbanista, da mesma forma que suas idéias sobre a cidade. Muito embora tenham publicado em 1958 um texto (já de alguns anos) de Gilles Ivain denominado “*Programa para um novo urbanismo*”, não é em seu caráter disciplinar do urbanismo o *muito mais* que os situacionistas acrescentaram nas discussões sobre a cidade. O grande lance da IS é colocar a cidade real e a vivência nela como o fato fundamental e extraordinário para vida social e sua transformação, de tal maneira, a própria noção de urbanismo e de projeto urbano assumem nova condição, longe tanto da idéia de plano total como de recuperação das morfologias históricas, o fato é a cidade em sua vibração neste momento, com suas dinâmicas.

A base teórica é a *psicogeografia*, alinhada com as linhas de percepção subjetiva e psicológica do ambiente urbano que se proliferam na década seguinte; o instrumento metodológico, a *deriva*. Guy Debord, seu principal teórico, assim definia em 1958: “...a *deriva*, em seu caráter unitário, compreende o deixar levar-se e sua contradição necessária: o domínio das variáveis psicogeográficas pelo conhecimento e o cálculo de suas possibilidades” (DEBORD; 1958)

A deriva é um passo a frente da flânerie baudelairiana, o procedimento da deriva consiste de vagar como ato político, cultural e urbanístico, como tal provido de sistemáticas e métodos, mesmo que sempre na iminência de romper com eles e adotar outros, mas diferente do vagar do flaneur, filosófico e íntimo dentro de uma rotina cotidiana, o praticante da *deriva* se lança na aventura do descobrimento das novas *situações* na urbanidade mundana.

Exatamente o oposto do que o Superstúdio nos legou em sua imensa, e surpreendente em especulações teóricas, produção gráfica nos anos 60 e 70 do século passado. O grupo formado em torno de Adolfo Natalini explora uma visão imaginária de urbano contínuo e sem cidade ou objetos, um gride homogêneo e infinito, um simulacro das aspirações da sociedade de consumo e mecanista. As críticas se aproximam das dos

situacionistas, entretanto o Superstudio cria um ambiente urbano entre a perfeição e o terror do mundo urbano contemporâneo.

Mais que a produção teórica, expressa basicamente em “*O mundo sem objetos*”, as imagens produzidas pelo grupo em fotomontagens, filmes e os mais variados suportes, terão grande poder sobre as gerações futuras, da mesma forma que as teorias dos situacionistas. As formas de representação experimentadas por estes grupos, além daquela das imagens fixas do desenho técnico, se mostrarão de grande importância no estudo das dinâmicas urbanas e suas complexidades territorial, global e digital do final de século. Assim também foi a contribuição do Archigram e suas experiências gráficas, mas o grupo inglês foi muito além disso.

Da mesma forma que a arquitetura o *Beauburg* de Piano e Rogers se tornou muito mais contundente em apresentar novos caminhos para a arquitetura do que o historicismo ingênuo e oco dos arquitetos pós-modernos americanos nos anos 70, na esfera da discussão sobre a cidade, o *Archigram* vai apresentar uma conceituação muito mais aguda, ácida e real que as posições mais ingênuas dos teóricos nos anos 60.

Os porta-vozes do pós-modernismo reagem negativamente a ambos os casos. Charles Jenks considera a obra de Piano e Rogers exemplo de *modernismo tardio*, a operação de linguagem inserida na construtibilidade do centro cultural é sofisticada demais para a visão unilateral de Jenks. A urbanidade latente e o cinismo de uma grande máquina na velha Paris são tanto modernistas quanto negação ao modernismo dogmático, mais fenomenológica da esquizofrenia contemporânea do que qualquer das inúmeras bobagens do revivalismo classista americano identificado por Jenks como pós-moderno.



Fig 9: Debord, *Naked City*, 1957. Fig 10: Superstudio, *Monumento continuo*, 1969. Fig 11: Archigram, *Instant city*, 1969-70. Fig 12: Piano & Rogers, *Beauburg*, 1977.

Robert Venturi vê nas propostas do Archigram relações com o projeto-total modernista das megaestruturas: “*A megaestrutura tem sido promovida pelo jornalismo sofisticado de grupos tais como Archigram, que rejeitam a arquitetura, mas cujas visões urbanas e grafismos em escala de mural vão além dos últimos suspiros megalomaniacos*”

dos desenhadores tardios das belas-artes” (VENTURI, 2003, p.187). É de se estranhar que Venturi, no encaminhamento que persegue na sua obra teórica, não tivesse notado a atmosfera de crítica quase *non-sense*, muito pertinente ao declínio da cidade industrial naquele momento, extremamente radical, contida nas publicações do Archigram.

As proposições do Archigram, diferente do fato construído que é o *Beauburg*, não eram necessariamente para serem materializadas, elas são mais que materialidade do urbano. Ao invés de investir em um retorno aos valores comunais, eles investem em configurar linguagens caricatas do futuro que o presente indica.

Como anuncia Peter Cook em 64, por conta do *Plug in city*: “Na segunda metade do século XX, os velhos ídolos estão desmoronando, os velhos conceitos resultam estranhamente irrelevante e os velhos dogmas perderam validade. Buscamos uma idéia, um novo idioma vernáculo, algo que nos aproxime das cápsulas espaciais...” (COOK, 1995, p.113). Foram registros de uma realidade tecnológica-social-comunicativa a deriva, que vai muito além das identidades e desejos individuais, levatã supra-tudo, com ironia, sarcasmo, mas também desespero.

As forças colocadas pela cultura de consumo e pelas *mídias* no ambiente urbano assumem a condição de grande determinante, as atividades produtivas, inclusive as artísticas, são dimensionadas de acordo com essas determinações. Assim coloca Tafuri: “É certo que onde quer que o industrial design se coloca à frente da produção tecnológica, condicionando-lhe a qualidade com vista a uma expansão dos consumos, a pop art, ao reutilizar os resíduos, o refuga dessa produção, coloca-se na sua retaguarda” (TAFURI, 1985, p.93). Nessa retaguarda, a anti-vanguarda, vai alinhar-se a maior parte das posturas culturais do final de século, especialmente no âmbito da arquitetura e do urbanismo. Agora no mundo urbano midiaticado.

A cidade real

“Desde o colapso da idéia de planificação global da cidade... as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente modesta” (ARANTES; 1998, p. 132). Assim Otília Arantes inicia sua fala na II Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo em 1993, na mesa-redonda intitulada “Os limites do desenho urbano”. A cena poderia ser recortada em muitas outras situações na época, a discussão sobre os projetos urbanos em andamento sendo conduzida por um não especialista (um não arquiteto urbanista), no caso uma filósofa. A fala publicada depois como “Urbanismo em fim de linha” aprofunda várias questões de maneira rigorosa, no entanto, citamos esse início por nos dar uma visão panorâmica dos fenômenos urbanos em processo ao final do século XX.

Este panorama apresenta uns pontos de destaque: 1. Em 1993 a idéia de que o planejamento global das cidades (em *colapso*) já havia encerrado seu ciclo. 2. Intervenções urbanas, ou seja, as materializações das idéias das décadas anteriores, estão em franco desenvolvimento físico. 3. Elas acontecem em escala pontual, local. 4. O *desenho urbano*, título do debate, comparece como novo procedimento, algumas vezes metodológico, para a construção da cidade. 5. A discussão e análise da cidade contemporânea, mesmo quando conduzidas em ambiente intra-disciplinar (Bienal de Arquitetura) está exigindo outras áreas do conhecimento.

Sobre este último ponto devemos lembrar que a inter e multidisciplinaridade das questões urbanas é um fato inerente às próprias mudanças da economia urbana em rumo a pós-industrialidade, isso exige planejamentos estratégicos de natureza muito mais complexa. No plano da teoria, os cientistas das humanidades sempre trataram do urbano, especialmente na modernidade (vide Engels), os filósofos estão presentes no tema na história toda. Entretanto, agora existe certa fusão entre os procedimentos das diversas disciplinas, a associação de alguns arquitetos com Jacques Derrida é bem exemplar, arquitetos filosofando e filósofo projetando a/sobre cidade. Os próprios arquitetos abandonam as posições mais ortodoxas de tecnicamente resolverem o *problema bem colocado*, muitos aproximam-se das ciências humanas em seus estudos, também das ciências ambientais e as teorias da informação e das culturas e dos estudos sobre as artes. A noção de projeto muda muito com os novos dados da era digital e da globalização, é um processo mais complexo e, principalmente, com muitas variáveis.

As intervenções urbanas citadas tratam-se da grande quantidade de projetos urbanos levados a cabo na década de 1980. A década anterior nos rastro das crises econômicas (OPEP) e ideológicas, somadas à Revolução Digital, pós-modernismos e punks, registrou enorme decadência e esvaziamento de importantes centros urbanos. Nos anos 80 inicia-se a reação conduzida pelos mais diversos interesses, dos mais filosóficos e culturais às necessidades do grande Capital.

Essas intervenções em grande parte apresentam a oposição à idéia de planejamento e circunscrevem-se pontualmente na cidade, como descreve Otilia Arantes. Ela deve estar referindo-se às intervenções culturais nos centros históricos, ou as olímpicas em Barcelona, inauguradas no ano anterior. Contudo, devemos acrescentar que isso é um primeiro estágio das grandes transformações urbanas de final do século, não é possível aplicar o adjetivo '*modestas*' para as obras de unificação no Centro de Berlim.

Mesmo o confronto entre as idéias de *planejamento* e *projeto* urbanos mudará de curso, ambas as noções alteram-se e passam, não só a conviverem, mas tornarem-se imprescindíveis uma à outra.

A metrópole de fim de século é caracterizada pelo processo de grande transformação física e pela multiplicidade das teorias e conceitos. O que apresentamos aqui é um pequeno esboço das visões mais aglutinadoras. Neste sentido apontamos que não se trata do *fim da linha* para o *Urbanismo*, mas, sim de *um* outro urbanismo, ou um urbanismo apoiado em novas teorias e novos métodos, com um novo ideário de cidade.

Um *novo urbanismo*. Embora seja a exigência da grande e diversa maioria, o rótulo é assumido pelas práticas realizadas no Sudeste dos EUA a partir dos anos 80. O *New Urbanism* se constitui como entidade organizada, coordenada pelos arquitetos Peter Calthorpe, Andrés Duany, Daniel Salomão entre outros, em 1993 com o Congresso para o Novo Urbanismo (o primeiro em Chicago). Mas seus princípios teóricos e sua prática já estão presentes em 1981 quando se inicia a construção da localidade de Seaside na Flórida, que se tornaria seu maior ícone, para os elogios e para as críticas.

As bases conceituais do New Urbanism encontram-se na crítica à cidade moderna da literatura dos anos 60, especialmente Jacobs, e nas teorias e projetos de Leon Krier. Um ideário composto pelos principais temas da época está presente na forma urbana desejada por eles, as densidades suburbanas, a concentração da infra-estrutura, o sítio e a geografia, a ecologia, a diversidade de usos, as distâncias “a pé”. Contudo, a aplicação do ideário cheio de boas intenções resultou em ambientes muito criticados.

As críticas primeiramente dirigem-se a um fato irrefutável, o ambiente que se materializa é uma caricatura, mais, um simulacro de vida urbana. A utilização de Seaside para cenário do filme *The Truman Show*, onde Jim Carrey vive um personagem de um reality show em que só ele é real, todos os outros são atores e ele não sabe disso, reforçou intensamente essa imagem. Outro aspecto é a excessiva entropia das localidades produzidas, uma autonomia que as isola dos contextos urbanos, promovendo fragmentações, guetos, esvaziamento dos Centros e dissolução da importância histórica e cultural da cidade.

Na mesma condição geográfica de cidade grudada nas franjas das metrópoles, está outro fenômeno urbano contemporâneo identificado por Joel Garreau no livro “*Edge City - Life on the New Frontier*” de 1991, são núcleos urbanos de serviços ou comércio com desenho e espacialidade (e uma vida) próprias, parasitando a macro infra-estrutura metropolitana, a cidade do e para o automóvel. Apesar de uso misto, incluindo residências, as *edges* são cidades para o trabalho, segundo Garreau “*deve ter mais empregos do que quartos*”. E principalmente, deve nascer como tal, ou seja deve ser o artifício explícito, “*não deve ter tido nenhuma das características urbanas nos últimos trinta anos*”

Estas configurações que agravaram a situação de abandono dos Centros metropolitanos geraram especulações sobre um desurbanismo catastrófico promovido pelas novas ciências da informação, um mundo operado pelas redes e ambientes virtuais, a

cidade real sendo substituída rapidamente pela cidade dos números. Lyotard, Couchot e, especialmente, Paul Virilio em “*O espaço crítico*” conduzem esta discussão para além das configurações territoriais.

O fato é que com as reformas iniciadas na década de 1980 e seus ambientes *fruíveis* na passagem para os anos 90, propõe-se recolocar os valores simbólicos de espaço público e muito freqüentado nas áreas centrais. A reação foi muito rápida. Quer por demanda cultural das populações urbanas midiaticizadas, quer por ingerência efetiva do Capital visando a sua reprodução, a maior parte das intervenções no final do século tornaram-se ambientes de urbanidade e consumo latentes. Claro, acompanhada com freqüência da *gentrificação* e outras seleções extratificadas. O fenômeno foi nomeado o retorno à cidade e fixou definitivamente o Centro urbano como *locus* da sobreposição de todos os *layers* da história e da contemporaneidade.

No entanto, a valorização simbólica e ambiental do Centro conduzida nas últimas décadas, não o necessariamente coloca como centro dos sistemas físicos urbanos, ou não lhe atribui a condição de massa genética para toda a cidade, agora metrópole e obrigatoriamente diversificada. A idéia de uma construção urbana não matricial, em relação à história ou ao projeto está presente em uma parte expressiva das linhas de pensamento sobre o *devoir* da cidade.

Em 1965 Christopher Alexander publica “*A cidade não é uma árvore*” se empenhando em definir um padrão de projeto urbano a partir dos pontos que definem o comportamento da rede, para tanto opõe duas noções de estrutura, a *árvore* e a *semi-trama*: “*Tanto a 'árvore', quanto a 'semi-trama' são modos de pensar sobre como uma grande quantidade de pequenos sistemas se relacionam e interagem para formar um vasto e complexo sistema. Mais genericamente, 'árvore' e 'semi-trama' são, ambas, denominações que se dá a 'estruturas' de conjuntos*” (ALEXANDER, 1965). Evidentemente defende a semi-trama em oposição a árvore modernista que promove as hierarquias urbanas rígidas.

Quando Gilles Deleuze e Felix Guattari lançam o conceito de *rizoma* e *platôs* na monumental obra “*Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*”, coincidentemente os contrapõem à idéia da *árvore lingüística* de Noan Chomsky. O alvo não é a cidade, mas, sim, um universo muito maior que é o do “*livro*”; do discurso, da linguagem, do conhecimento e do poder na contemporaneidade. Uma vez que a cidade concentra todas as discussões do mundo contemporâneo, as idéias de rizoma e platôs foram imensamente aplicadas nos últimos anos para explicar a cidade e sua reprodução, e seus discursos, o texto configurado e seu *devoir*.

“*Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança*” (Deleuze e Guattari, 1995, p.75). Os *rizomas*, que seguem uma lógica autônoma, independente de códigos

matriciais, são a imagem exata tanto da cidade absurdamente fragmentada que herdamos da modernidade, quanto a base teórica para o projeto dos novos ambientes urbanos com pulsação e identidade próprias.

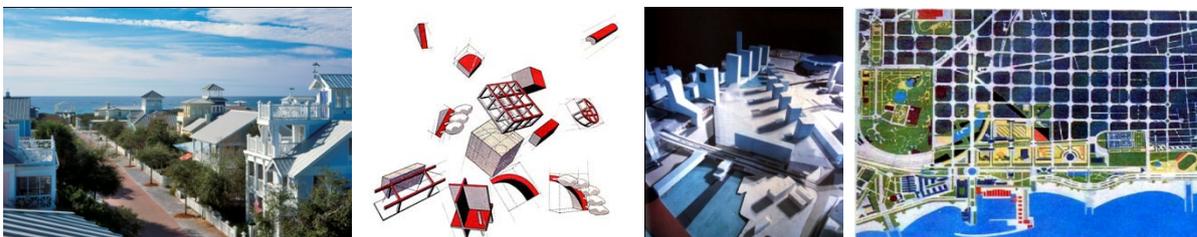


Fig 13: Seaside, Flórida, 1981-87. Fig 14: Tschumi, jogo analítico para La Villette, 1982. Fig 15: OMA (R. Koolhaas), Euralille, 1989. Fig 16: Bohigas, Mackay e Martolrell, V. Olímpica, Barcelona, 1986

A convivência com cidade rizomática da nossa época levam arquitetos identificados pela crítica como *neo-vanguardas* ou por rótulos midiáticos como *desconstrutivistas*, ao exemplo de Bernard Tschumi, Peter Eisenmann ou Rem Koolhaas, a produzir literatura e projetos para e sobre a cidade a partir de um corte transversal em sua realidade material e cultural, a cidade e sua arquitetura sendo vistas como fenômenos de dinâmicas muito maiores e mais complexas do que discurso da tradição ou da função, uma arquitetura que materializa a consciência da metrópole contemporânea com seu fluxos de pessoas, coisas e informações.

As influências dos situacionistas, Superstudio e Archigram são profundas, mas a da vivência com a condição metropolitana mais ainda. O ambiente sem controle que resulta do confronto dos espaços projetados (ou nem tanto) com as massas urbanas, suas culturas e suas percepções, ambiente ambíguo e contraditório fornece as bases para a ação urbanística. Os discursos e focos são os mais variados. Tschumi, a utopia construtiva e tecnológica e a *programação cruzada*... Eisenmann, a utopia formal e a negação do programa - “o objeto não exige mais a experiência do usuário para ser compreendido” (EISENMANN, 2004, p. 111)... Koolhaas, a negação da utopia e a arquitetura dos fluxogramas... Mas, em comum uma arquitetura que se confunde com a cidade e vice-versa, sem menções à tradição histórica ou ao discurso político, pura auto-referência ao objeto disforme e indefinível que acolhe a sociedade urbana.

Também com olhos apontados para a cidade real, mas com posturas estritamente metodológicas estão os arquitetos urbanistas ibéricos, especialmente os catalães envolvidos nas reformas em Barcelona, e mais alguns espalhados pela Europa, nomes como Manuel de Solá-Morales, Nuno Portas, Jordi Borja, Bernardo Secchi, Juan Busquets. Eles aprofundam as questões da análise da *cidade existente*⁽⁴⁾ como procedimento para o projeto. A cidade real, sua estrutura, forma e função subsidiam os projetos interdisciplinares

da intervenção urbana inserida em grandes planos diretores e estratégicos ⁽⁵⁾. Como explica Regina Meyer, uma das mais empenhadas em divulgar estas idéias no Brasil: “A ‘cidade existente’ se impõe como objeto de investigação e projeto. Enfrentá-la significa, na atual conjuntura, entendê-la. Tornou-se fundamental detectar as suas formas de explicar-se.” (MEYER, 2006, p.1)

As formulações teóricas do grupo visam a intervenção, a ação mais do que os modelos puramente teóricos ou ao alinhamento às tendências analíticas, a análise necessária é a das condições materiais da cidade e as possibilidades de transformações. Por esta via definem metodologicamente as diferentes escalas (BUSQUETS, 1995) de operação do projeto e do plano urbanos. De tal forma a estabelecer um novo patamar para as experiências localizadas no espaço e nos anos 80.

Na passagem de século a crítica à cidade idealizada pelos modernos lança os holofotes na cidade real, primeiro como experiência ímpar da existência na civilização, depois como enorme repertório para sua própria análise e transformação.

Notas

1. Estamos considerando as 3 fases dos CIAM a partir de K. Frampton em “História Crítica da Arquitetura Moderna”: A primeira (1928-33) do I ao III Congressos; segunda (1933-47) do IV ao VI; terceira (1947-56) do VII ao X.

2. “Lewis Mumford tem toda a razão quando afirma que a cidade do renascimento não existe. De fato, não existem cidades que possam ser chamadas de ‘renascentistas’, no sentido em que Siena é uma cidade medieval e Roma uma cidade barroca” (ARGAN, 1999, p.55)

3. **Internationale Bauausstellung Berlin 1987, Stadtneubau und Stadterneuerung**, Exposição internacional de construção Berlim 1987, novas construções e renovação urbanas. Os projetos para habitação eram previstas para várias áreas de Berlim Ocidental, especialmente em áreas degradadas próximas ao muro. Participaram da exposição nomes como: A. Rossi, M. Bota, Gregotti, M. Ungers, A. Siza e outros.

4. Um marco para o tema é o artigo de Nuno Portas, “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, publicado em Sociedade e Território, fevereiro de 1985.

5. Veja-se “Los nuevos Planes y su contenido proyectual” in: Busquets, Juan. “Evolución del planeamiento hacia La escala intermédia”, 1995.

Referências

ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. São Paulo, Edusp, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade (2 ed); trad.: P. L. Cabra. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

_____. Clássico anticlássico – O renascimento de Brunelleschi a Bruegel; trad.: L. Mammi. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

COOK, Peter. Archigram. London, Studio Vista, 1972.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. trad.: I. Correia e C. Macedo. Lisboa, Ed. 70, 1996.

DEBORD, Guy. De l'architecture sauvage (1974). in: the Situationist International, Cambridge Mass., MIT, 1989.

- _____. A Teoria da deriva (1958). in: <http://geocities.yahoo.com.br/anopetil/>
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Trad.: Neto, Aurélio; COSTA, Célia P. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.
- EISENMANN, Peter. Em terror firma: Na trilha do grotesco. In: Nesbitt K. (org). Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo, Cosacnaify, 2004.
- FRAMPTON, Keneth. História crítica da arquitetura moderna; trad.: J.L.Camargo. São Paulo, M. Fontes, 1997.
- HUET, Bernard. A cidade como Espaço Habitável (alternativas à carta de Atenas). in Arquitetura e Urbanismo, SP, dez/jan 86/87.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. trad.: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- KOOLHAAS, Rem. Projects Urbans (1985 – 1990). Edição do autor. S.d.
- LAMPUGNANI, Vittorio Magnago. La ciudad de la tolerância. Sobre la construcción del presente. in A&V, Barcelona, nº 22 1992
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Trad.: M. C. T. Afonso. São paulo, Martins Fontes, 1990
- MEYER, Regina. Os territórios do urbanismo. In: Revista SBPC, no. 58, 2006. P 58 – 68.
- ROSSI, Aldo. A Arquitetura da Cidade. trad.: E. Brandão. São Paulo, M. Fontes, 1995.
- SOLÁ – MORALES, Manuel de, *et al.* Barcelona – remodelacion capitalista o desarrollo urbano em el sector de la ribeira oriental. Barcelona, Gustavo Gili, 1974
- TAFURI, Manfredo. Projecto e Utopia – Arquitetura e desenvolvimento do capitalismo. trad.: C. Jardim e E. Nogueira. Lisboa, Ed. Presença, 1985.
- TSCHUMI, Bernard. Algunos conceptos urbanos. In: Presente y futuros – Arquitectura en las ciudades. XIX Congreso de la Unión Internacional de Arquitectos / UIA, Barcelona, 1996.
- VENTURI, Robert & BROWN, D. & IZENOUR, S. Aprendendo com Las Vegas. trad.: P. M. Soares. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico. São Paulo, Ed. 34, 1993